

CAMPONESES E COMUNISTAS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS (CEARÁ, 1947-1953)

por

Frederico de Castro Neves¹

Resumo: O artigo procura discutir algumas possibilidades de diálogo político entre camponeses e comunistas, a partir de situações ocorridas na década de 1950 no Brasil, estado do Ceará. Mesmo com algumas restrições conceituais e programáticas, alguns militantes comunistas atuam em função de demandas básicas de camponeses nas áreas secas do semiárido, que se concentram em lutas pelo acesso à terra e água. Por outro lado, o artigo indaga sobre os possíveis entendimentos dos camponeses sobre as conveniências de alianças políticas com comunistas em situações específicas, como em casos de invasões a cidades e pressões por direitos ao trabalho em obras públicas. Por fim, avaliamos as possibilidades estratégicas desse relacionamento, em termos de uma combinação de posturas políticas e alternativas de ação, que possam requalificar as lutas camponesas contemporâneas.

Palavras-chave: Camponeses; Comunistas; Conferência.

Abstract: The article seeks to discuss some possibilities of political dialogue between peasants and communists, based on situations that occurred in the 1950s in Brazil, Ceará state. Even with some conceptual and programmatic constraints, some Communist militants act on the basic demands of peasants in the dry semiarid areas that focus on struggles for access to land and water. On the other hand, the article inquires about the possible understandings of the peasants about the convenience of political alliances with communists in specific situations, such as in cases of invasions of cities and pressures for rights to work in public works. Finally, we evaluate the strategic possibilities of this relationship, in terms of a combination of political stances and alternatives of action, which can requalify contemporary peasant struggles.

Keywords: Peasants; Communists; Conference.

COMUNISTAS E CAMPONESES

Sobre as relações entre as teorias predominantes entre os atores que relacionam-se com os movimentos sociais dos camponeses, podemos superficial e resumidamente dizer o seguinte.

¹ Professora Titular do departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Este artigo, em part Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História Social (UFF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq).

O pensamento liberal (da economia política) despreza o modo de vida camponês por não atingir os níveis de produtividade alcançados no processo de industrialização. Trata-se, em princípio, de uma questão econômica: a produção de riqueza social, a ser apropriada pelos mais fortes no circuito do mercado. Mas, principalmente, o pensamento liberal despreza o camponês por não *querer* alcançar os tais níveis de produtividade. Trata-se, assim, de uma questão ideológica: o que o camponês pretende e quais são as suas prioridades? Para a economia política, colocar em dúvida o lugar central da produção na totalidade da vida social é um absurdo lógico: todos devem procurar a máxima produtividade, a maior intensidade na produção de riquezas, o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Não deve haver hesitação nesse ponto! Assim, a questão subentendida poderia ser formulada de outra forma: o que o camponês entende por ser o lugar da produção no interior da vida social como um todo?

O discurso da economia política apresenta o camponês, portanto, como o atrasado, o Jeca Tatu, aquele que se contenta com sua agricultura básica (a mandioca, o feijão ligeiro, o milho), em regime de reprodução simples ou simplificada das forças produtivas, e sua criação de pequenos animais (sua vaquinha, meia dúzia de galinhas, um ou dois porquinhos – com os quais, inclusive, mantém uma relação de afetividade quase humanizada) mas que jamais consegue sair de um nível elementar de reposição contínua de sua própria pobreza, sem desenvolver objetivos de enriquecimento, de poupança, de acumulação, de apropriação – ideias que fazem parte do imaginário burguês e que se pretende que sejam parte da própria natureza humana voltada ao enriquecimento e ao bem estar. O camponês, aqui, contenta-se com sua ignorância, com sua perspectiva local do mundo, com sua religiosidade mística. A sua propalada passividade seria, portanto, resultado de sua própria falta de ambição, de sua acomodação ao mundo tal como ele se apresenta imediatamente.

Assim, nessa perspectiva, o campesinato deve desaparecer para que o progresso se instale definitivamente no campo. Os trabalhadores rurais (não mais *camponeses*) devem se integrar nas empresas rurais, que os inserem no mundo da produtividade máxima e infinita, na busca incessante pelo consumo e pelo dinheiro, introjetando nas mentes camponesas as ideias centrais de *emprego e renda*, tão odiadas por eles em tempos de estabilidade rural. O processo de proletarianização traria o desenvolvimento e colocaria os trabalhadores rurais no circuito do mercado, transformando-os em “força de trabalho”, dissociando o trabalho da família e das redes de sociabilidade. O modelo, como se vê, é aquele da fábrica, no qual o modo de produção de mercadorias se expande indefinidamente, que concentra as utopias de controle total da produção sem a interferência política do trabalhador, que estabelece definitivamente a separação entre dirigentes e executantes, que permite

o trabalho incessante e a produção permanente. Este modelo de desenvolvimento aplicado à agricultura é o hoje chamado “agronegócio”.

Por outro lado, o pensamento comunista (da III Internacional), instalado no Estado soviético, criminalizou o modo de vida camponês por estar excessivamente atrelado ao controle individual ou familiar da terra. Seriam pequenos burgueses rurais que colocam obstáculos ao processo de instalação de uma agricultura coletivizada – entendida como o único modelo “revolucionário” possível de reforma agrária – que se desdobrasse em uma produção inteiramente planejada, sob a liderança dos dirigentes do partido, em que os trabalhadores rurais participassem de conselhos e núcleos de decisão coletiva sobre os rumos da produção, integrados a um processo produtivo, todavia, semelhante, neste aspecto, ao sistema fabril e ao agronegócio, com nítida distinção entre dirigentes (do partido) e executantes. A apropriação dos produtos do trabalho, à diferença da produção organizada pelo capital, estaria sujeita não mais aos ditames do mercado, mas às decisões do planejamento central. Os camponeses, ao resistirem a essa coletivização (forçada), seriam agentes do reacionarismo burguês instalados nas células rurais do partido comunista, imobilizando-as em nome da tradição e do costume. A ideia de revolução encontraria grandes dificuldades para se instalar no mundo camponês exatamente pelo tradicionalismo e pela defesa obsessiva da terra como propriedade privada. Na União Soviética, os camponeses foram perseguidos por não aceitarem o modelo proletário da coletivização da terra e de obtenção de metas cada vez mais intensas de produtividade agrícola.

O discurso do comunismo soviético, desta forma, apresentou o camponês como messiânico, fanático, defensor das instituições monárquicas, tradicionalista e atrasado. Muitas vezes, as direções comunistas nacionais tentaram atrelar o campesinato a blocos políticos comandados pelos operários urbanos – os Blocos Operário Camponeses. Algumas vezes, contudo, em vários países, inclusive no Brasil, setores comunistas estiveram especialmente atentos à problemática da terra e conseguiram ouvir atentamente as demandas camponesas, alimentando as suas lutas locais e suas lutas pela terra e pela água, fatores cujo controle é fundamental para a produção agrícola familiar.

O objetivo desse artigo é avaliar as possibilidades políticas dessa atenção dispensada por comunistas às lutas desenvolvidas pelos camponeses no Ceará, região nordeste do Brasil, amplificando socialmente seus significados por meio do jornal *O Democrata* e valorizando seu potencial político através da atuação de seus militantes nos municípios do interior do estado. Por outro lado, objetiva-se também examinar o outro lado dessa relação, a saber, a identificação, pelos camponeses, de potencialidades políticas ampliadas a partir de ações conjuntas

com militantes comunistas, combinando, assim, estratégias e opções em direção a uma nova qualificação dos movimentos sociais no campo.

COMUNISTAS E CAMPONESES EM AÇÃO

Com a abertura política decorrente da queda do Estado Novo (1945) e a consequente legalização de seu partido, os comunistas puderam finalmente ampliar suas atividades de propaganda e agitação política no Brasil, sem impedimentos formais. No Ceará, esse momento significou um intenso investimento na região norte do estado, em torno do porto de Camocim, onde os comunistas já possuíam uma base de atuação com relativa solidez entre portuários e outros sindicatos de trabalhadores, desde 1930². Entretanto, outras cidades também receberam essa atenção, na busca de ampliar as bases de atuação comunista e a difusão de seus princípios revolucionários, para além da capital do estado, Fortaleza. Uma dessas cidades foi Itapagé. Com alguns militantes bastante ativos, a cidade logo passou a ser objeto de atenção do jornal *O Democrata*, que, com suas denúncias e reportagens, revelava tensões, conflitos e negociações envolvendo políticos e religiosos locais. Um especial interesse do jornal revelava um investimento caro aos camponeses naquele momento: as lutas em torno da terra e da água.

A atuação dos militantes locais chama a atenção do comitê estadual do partido, que – sempre através do jornal *O Democrata* – saúda a fundação do Comitê Municipal de Itapagé, ainda em 1946³. O partido, em verdade, preparava-se para as eleições do ano seguinte, quando poderia participar do pleito dentro da legalidade institucional. As grandes figuras do partido, como Luís Carlos Prestes e Jorge Amado, preparavam-se para percorrer o país em busca de apoio e votos. O escritor e deputado federal começou sua peregrinação pelo Ceará e seu roteiro incluía as cidades de Fortaleza, Maranguape, Itapipoca e, não por acaso, Itapagé⁴.

Em janeiro de 1947, todavia, Jorge Amado e sua comitiva foram expulsos de Itapagé por uma multidão furiosa, liderada pelo vigário local, segundo as memórias de Zélia Gattai⁵. Para ela, ao contrário das expectativas dos visitantes, o grupo de partidários das candidaturas comunistas na cidade – ao contrário do que

² Carlos Augusto P. dos Santos, *Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho – Camocim-CE (1927-1950)* (Fortaleza: NUDOC/UFC, 2007).

³ *O Democrata*, de 17 de agosto de 1946.

⁴ *O Democrata*, de 23 de dezembro de 1946.

⁵ Zélia Gattai, *Um Chapéu para Viagem* (São Paulo: Companhia das Letras, 1982): 174-178.

afirmavam seus camaradas da direção estadual do partido – não passava de “três gatos pingados”. A “intolerância” foi tudo o que restou da cidade em suas lembranças. A agressão foi denunciada no Congresso Nacional por deputados comunistas, que acusaram, por sua vez, o Prefeito e o Delegado da cidade⁶.

A atuação dos comunistas continuou a ser destacada n’*O Democrata* nos anos seguintes, explicitando, talvez, uma presença no campo político local que não foi suprimida, nem pela explosão de ódio de uma população dominada pelo medo, nem mesmo pela cassação do registro do Partido Comunista, no mesmo ano de 1947. Seus militantes continuaram a atuar politicamente na cidade, “às escâncaras”, ganhando a antipatia das autoridades locais⁷, e as lutas camponesas continuaram a ser destacadas e valorizadas pelo jornal comunista, editado desde a capital do estado, Fortaleza. Várias matérias destacam as lutas camponesas e suas dificuldades em conseguir acesso à água dos açudes, em tempos de chuvas ou em tempos de seca⁸.

Em que medida a atuação dos comunistas pôde ser aceita e compreendida pelos camponeses de Itapagé é uma questão difícil de ser avaliada. Esse diálogo não pode ser considerado a partir do que eles disseram, mas somente a partir do que eles fizeram. Em 1951, um grupo de retirantes amotinados procura o carpinteiro José Ferreira de Melo, conhecido militante comunista local, para representá-los durante a ocupação do prédio da Prefeitura. Eles alegaram que “não sabiam expressar-se devidamente e queriam que o interrogado lhes servisse de interprete junto aquela autoridade”⁹. O conflito fazia parte de um grande movimento de retirantes-camponeses por todo o meio-norte do Ceará, invadindo cidades e ameaçando mercados, durante a seca daqueles anos.

⁶ *Diário de Notícias*, de 08 de janeiro de 1947; *Tribuna da Imprensa*, de 08 de janeiro de 1947.

⁷ “Dizem que, na década de 40 (1940), Itapagé tinha alguns representantes do Partido Comunista do Brasil.” Alguns tiveram destaque na vida cultural e política da cidade, como Antônio Ribeiro, que foi vereador em duas legislaturas na década seguinte, e outros, como: “Napoleão Mota Bastos (O Sobral), Zé Ferreira (Zé Porqueira), Alcides Sales, José Júlio Pinto [...], Juarez Teles e Zezé Chaves”. Cf. Acedido a 28 de setembro de 2018: <http://itapagece.blogspot.com.br/2013/11/tuneldo-tempo-da-historia-de-itapaje-20.html>, Napoleão Bastos é também apresentado pelos comunistas como “um dos líderes de massas de Itapagé” n’*O Democrata* (CE) de 20 de agosto de 1946. José Ferreira de Melo aparece no processo instaurado contra ele, em 1951, como “pertencente às hostes do extinto Partido Comunista do Brasil, cujas diretivas ainda prega, às escâncaras, no seio das classes desfavorecidas desta comarca”.

⁸ Ver, por exemplo, matérias de *O Democrata* (CE) denunciando “miséria e fome” (de 19 de julho de 1946) ou a “presença do latifúndio” (de 23 de janeiro de 1950) ou os conflitos em torno do uso da água dos açudes em Itapagé (de 25 de fevereiro de 1950).

⁹ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Ações criminais, pacote 40, n.º 64, 1948-1953. O processo foi instaurado sob acusação de “ato contra a ordem social e política” e enviado à Justiça Militar. Como, de fato, José foi acusado de incitar os retirantes ao saque, o processo foi recusado e reenviado à Justiça Comum, onde foi arquivado.

Nos anos de 1951-1953, a micro-região do Sertão Centro-Norte (conforme nomenclatura do Censo Demográfico: Estado do Ceará, parte do Recenseamento Geral de 1950) foi particularmente dominada pelas ações coletivas dos camponeses. Antes da invasão da Prefeitura de Itapagé, uma ameaça de saque agitou a cidade de Coreaú com características semelhantes, inclusive na solução do alistamento para obras públicas. Depois de maio, contudo, uma série de ações diretas foi iniciada pelos retirantes em várias cidades próximas, como Itapipoca, Pentecoste, Nova Russas, Coreaú e Canindé¹⁰, contrapondo camponeses e autoridades locais em confrontos tensos com possibilidades reais de violência e repressão. Em julho, os trabalhadores envolvidos na construção da estrada de rodagem em torno de Itapagé “ameaçam invadir o fornecimento” em represália pela demora na distribuição de comida¹¹. A mesma cidade seria ainda palco de um saque em fevereiro de 1953, quando cerca de 200 “flagelados” atacaram a Cooperativa de Consumo dos Rodoviários (ligada ao DNOCS) e retiraram “alimentos, utensílios domésticos e miudezas”. O jornal noticiou ainda que o comércio distribuiu alimentos e que os policiais “conseguem, com habilidade, manter calmos os retirantes”; apesar disso, o repórter chamou a atenção de seus leitores para o clima de incerteza que se instalou na cidade: “não se sabe o que irá acontecer em Itapagé”¹².

Mas foi Itapipoca o centro da revolta popular e onde aconteceu o episódio mais impactante deste momento. Em 22.05.1951, cerca de 800 “flagelados” saquearam o matadouro e “fizeram aqui aquela estranha justiça com as próprias mãos”. Depois de uma longa “marcha da fome”, os camponeses “deliberaram simplesmente não morrer de fome”. Segundo o comentarista Paulo Bonavides, esse “foi um dia de luto”, quando “os flagelados implantaram a ditadura e o terror da fome”¹³. Em agosto do mesmo ano, 500 trabalhadores envolvidos na construção de uma estrada de rodagem tentam se aproximar ameaçadoramente da casa do engenheiro responsável, sendo impedidos pela polícia¹⁴. Em outubro, cerca de 700 homens invadem a cidade e ameaçam o comércio, sendo dissuadidos pelas autoridades, que distribuem alimentos¹⁵. Em novembro, mil operários, “acossados pela fome”, repetem a cena de invasão e ameaça, mas, desta vez, preferem entrar à força no trem que se dirigia à capital do estado, Fortaleza, a fim de conseguir

¹⁰ *O Povo*, de 23 de maio de 1951, 28 de maio de 1951, 21 de julho de 1951; *O Democrata*, de 05 de julho de 1951, 08 de agosto de 1951, 16 de outubro de 1951, 29 de novembro de 1951.

¹¹ *O Democrata*, de 23 de julho de 1951.

¹² *O Povo*, de 11 e 13 de fevereiro de 1953.

¹³ *O Povo*, de 23 de maio de 1951.

¹⁴ *O Democrata*, de 08 de agosto de 1951.

¹⁵ *O Democrata*, de 16 de outubro de 1951.

alimentos e trabalho¹⁶. Depois de um ano aparentemente tranquilo, em fevereiro de 1953, cerca de 300 homens são desalojados da obra do açude Pentecostes e rumam para a cidade em protesto, levando novamente o pânico aos comerciantes e às autoridades¹⁷.

A insegurança não era apenas local. Naquele momento, as ações de camponeses rebelados estendiam-se por toda a área afetada pela seca, que se estendia do Piauí à Bahia. Flagelados de Alagoas ameaçam: “roubaremos para comer se não chegar auxílio para nós”. Os jornais da capital do país alardeiam: “dinheiro ou revolta no Nordeste”¹⁸.

José foi preso e processado por sua participação nesse episódio, mas os depoimentos e alegações contidas nesse processo são reveladores da interação possível entre camponeses e comunistas. José foi chamado a falar em nome dos camponeses, a partir de uma demanda dos próprios camponeses-retirantes, e assumiu uma posição de destaque no movimento, ao discursar ante as autoridades municipais, denunciando as condições de vida dos trabalhadores rurais e enfatizando a força dos camponeses reunidos em uma coletividade autônoma. Pelo que se depreende dos autos do processo, era isso mesmo o que se esperava dele: um trabalhador urbano comprometido com as lutas populares e conhecedor do vocabulário político capaz de qualificar as demandas camponesas naquele momento de seca. Ao mesmo tempo, ele não abdica de deixar implícita a ameaça de saque ao mercado público e aos estabelecimentos particulares, ações que as multidões amotinadas de camponeses-retirantes já haviam incorporado ao seu arsenal de armas políticas, desde 1877¹⁹. Assim, as experiências políticas acumuladas pelos camponeses, de ações diretas baseadas no número e na exposição pública da miséria, são potencializadas pela contribuição dos trabalhadores urbanos, cuja disciplina coletiva combinada a uma organização centralizada os permitia dominar a linguagem da política representativa e atuar em seu interior com eficácia.

O movimento em Itapagé, para além de seus desdobramentos particulares, indica uma combinação potencialmente inovadora de organização e pressão política, alternando os modelos da ação direta e da negociação. Como resultado dessa pressão/negociação, os retirantes foram distribuídos em obras públicas nos municípios próximos, após um alistamento promovido pelo Prefeito de Itapagé, mas a

¹⁶ *O Democrata*, de 29 de novembro de 1951.

¹⁷ *O Povo*, de 05 de fevereiro de 1953.

¹⁸ *Última Hora*, de 20 de fevereiro de 1953.

¹⁹ Frederico de Castro Neves, *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000).

memória de desta experiência pode não ter sido integralmente perdida por seus participantes. Essa é uma outra questão difícil de avaliar.

UMA CONFERÊNCIA EM FORTALEZA

O investimento nesta aliança política, entre comunistas e camponeses, permaneceu ativo durante a seca. Em 19 de dezembro de 1953, o jornal *O Democrata* noticia a realização de uma Conferência da Seca e dos Flagelados. O evento teria sido preparado por “dezenas e dezenas de assembleias”, que se realizaram “em quase todos os municípios do estado”, assim como “em sindicatos e associações populares”. Esperava-se a instalação de um grande debate, com a participação de cerca de 400 delegados e representantes de associações de classe, sobre os problemas do estado, da seca e “das massas flageladas”.

A Conferência cria uma expectativa generalizada entre os comunistas, que entendem que, por ser “a primeira que se tem notícia na história das lutas de nosso povo”, apresenta-se como o “próprio caminho da salvação”, merecendo assim “o decidido apoio de todos os cearenses dignos e democratas”²⁰.

Em 23 de dezembro de 1953, *O Democrata* divulga as resoluções aprovadas pela Conferência, que se resumem em duas linhas de atuação: “medidas de combate às secas” e “amparo às massas flageladas”. Em síntese, as propostas saídas da reunião de delegados nas instalações da Sociedade 24 de Junho, em Fortaleza, não inovaram em termos de compreensão da seca, pouco incidindo sobre questões centrais da estrutura de exploração e apropriação da produção no campo, como, por exemplo, a própria reforma agrária, defendida pelos comunistas – e por muitos outros que se colocavam politicamente no campo das “esquerdas” – como um passo decisivo na solução dos problemas sociais dos agricultores e na transição para o socialismo. As medidas propostas pouco diferiam das que circulavam entre os meios de comunicação do estado, advindas tanto de órgãos governamentais quanto de sindicatos e associações populares. De um lado, reivindicações de obras públicas (poços, açudes e barragens) para absorver a mão-de-obra camponesa sem terras. Por outro lado, emprego, salários dignos e postos médicos para os trabalhadores. Todavia, talvez tenha sido a experiência mais bem sucedida de aliança operário-camponesa no Ceará e, por outro lado, uma tentativa de ampliação da compreensão dos comunistas sobre a vida camponesa e suas potencialidades políticas revolucionárias. Representantes de flagelados, trabalhadores nas obras públicas e

²⁰ *Imprensa Popular*, de 04 de novembro de 1953.

pequenos proprietários, assim como delegados de “sociedades de massas e sindicais”, em face de “uma numerosa assistência”, juntos, ensaiam uma nova forma de prática política popular, em que as barreiras entre o mundo rural e o mundo urbano são superadas e as diferentes formas de organização social dialogam.

As assembleias preparatórias anteciparam esses elementos, reunindo centenas de camponeses em seus locais de trabalho nas obras públicas, durante a seca. Nas obras de construção do açude Araras, cerca de 400 flagelados elegem 4 delegados, culminando um movimento de repúdio à repressão ocorrida dias antes, quando alguns operários “faziam justa reivindicação” por melhores condições de trabalho. Em Camocim, onde, como já foi mencionado, os comunistas tinham atuação significativa, uma “conferência municipal preparatória” reuniu trabalhadores e autoridades locais, que elegeram delegados entre as várias categorias de trabalhadores, como camponeses, portuários, ferroviários, salineiros, pedreiros e pescadores²¹.

O jornalista Emmo Duarte²², falando desde o Rio de Janeiro, destaca a Conferência no Ceará como um “fato novo”, quando as “vítimas da fome deliberam sobre seus problemas”. O fato de que, pela primeira vez, os camponeses assolados pela seca abandonam sua posição tradicional de vítimas de um fenômeno climático ou da incúria do governo e debatem soberanamente sobre as soluções possíveis para a situação do trabalhador rural é visto como “uma desgraça maior” para a “gente da reação”, já que, agora, “os flagelados se reúnem, e falam, e denunciam, e protestam!”.

Ao mesmo tempo, a ideia de uma conferência geral está de acordo com as diretrizes políticas do partido naqueles anos, ao propor uma grande “Convenção pela Emancipação Nacional”. O jornal *Voz Operária*, do Rio de Janeiro, esperava que se desenvolvesse, nesse evento, “o mais amplo debate dos problemas nacionais já realizado em nossa pátria”. Precedida por inúmeras assembleias preparatórias, realizadas por todo o país, a Convenção incluiria não só sindicatos e associações operárias, mas também “lavradores e pecuaristas”, agregando à discussão problemas típicos do mundo rural, como a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista aos homens do campo. A Conferência da Seca e dos Flagelados consegue, como um de seus desdobramentos, inserir na pauta da Convenção Nacional, “que vai se reunir em abril de 1954 nesta cidade do Rio de Janeiro”, o “temário do estudo do problema do homem do campo, desde a produção agrícola ao amparo do trabalhador rural”²³. Como resultado desse amplo movimento de âmbito nacional,

²¹ *O Democrata*, de 19 de dezembro de 1953.

²² *Imprensa Popular*, de 30 de dezembro de 1953.

²³ *Voz Operária*, de 12 de dezembro de 1953.

foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), cujos dirigentes “militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil”²⁴.

Os comunistas, portanto, ao contrário das indicações teóricas gerais do partido²⁵, passam a apoiar as diversas formas de luta da população sertaneja: “tem de lutar para não morrer de fome”, eles destacam nas matérias jornalísticas. O jornal comunista *Voz Operária* noticia que os flagelados “tomam a comida nos armazéns, como em Itapipoca, cercam os armazéns fornecedores de ricações, como em Sobral, invadem as cidades em busca de alimentos, como em Campina Grande”. Destaca, principalmente, que “eles contam com a solidariedade de seus irmãos de todo o Brasil”²⁶. Essas expressões indicam a valorização das ações dos camponeses-retirantes no contexto político em que ocorrem. Assim, não se tratava somente de valorizar o potencial de luta, advindo muitas vezes do desespero pela fome, mas qualificar politicamente modelos de ação política poucos valorizados na prática e na teoria do Partido. Coincidentemente ou não, essas propostas estavam conectadas ao que foi publicado no jornal *Voz Operária* (RJ), de 06 de março de 1953, na forma de uma história em quadrinhos, ocupando página inteira, apresentando a concepção comunista sobre o problema “da seca e das massas flageladas”.

Logo na primeira linha, o problema da seca aparece aos camponeses como um “flagelo”, algo que se abate sobre eles como fruto da irregularidade pluviométrica. Nesse ponto, não há novidades. A seca se abate sobre toda a sociedade sertaneja, mas, no entanto, seus efeitos são desiguais. Enquanto os camponeses pobres “fogem de seus lares”, “famintos, sedentos, maltrapilhos”, “para os grandes fazendeiros nada falta”. Estes outros continuam a tirar “proveito dos açudes” e ficam com “as terras frescas e irrigadas”. O governo, por outro lado, em relação aos pobres, “não achou tempo nem meios de socorrê-los”. A injustiça, segundo o jornal, é percebida pelos retirantes, em cujo “olhar brilha a chama de ódio aos responsáveis pela calamidade” e “não se deixam matar de braços cruzados”; eles “invadem as terras, abatem o gado e dão de comer às suas famílias”. A desigualdade se expressa na relação com as ausências dos víveres, em momento de escassez. A fome ronda os lares sertanejos, sempre vulneráveis às irregularidades das chuvas. A destruição das colheitas significa a ruína imediata da produção camponesa e o despojamento das

²⁴ Clifford A. Welsh, “Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX” (*Lutas & Resistências*. Londrina: v. 1, set. 2006): 60.

²⁵ Manoela Pedroza, “O debate na historiografia marxista brasileira sobre trabalhadores rurais no século XX” (*Tempos Históricos*. Vol. 7, p. 91-116, 2005).

²⁶ *Voz Operária*, de 28 de fevereiro de 1953.

mais elementares formas de sobrevivência, levando os camponeses e suas famílias às filas de empregos nas obras públicas.



Fig. 1. Os Flagelados e a Seca.

A seca, para os comunistas, aparece com um evento natural e inevitável. O “flagelo queima a terra”, “as plantações morrem, o gado morre, as populações fogem dos seus lares”. A destruição da produção e o recrudescimento da miséria aparecem como resultado da seca, e a ação esperada, neste primeiro momento, é a ajuda do governo e a benevolência dos poderosos.

Porém, o que se vê é o açambarcamento de víveres e a corrupção oficial: os retirantes “não podem contar com o governo”! A distribuição de alimentos – “as migalhas de auxílio” – não chegam em quantidade suficiente; além disso, “chegam gêneros podres” e “os politiquinhos burgueses e os figurões de cada lugar” especulam no mercado negro. A revolta dos retirantes leva à organização de ações coletivas que, estruturadas no interior da cultura popular sertaneja, procuram o apoio da população urbana. Eles “reúnem-se diante das prefeituras, assediam os depósitos de víveres, desfilam pelas ruas, tudo fazem para receber do governo pão e trabalho”. A consciência da exploração, segundo o jornal, se consolida nas mentes camponesas ao perceberem diferenças profundas nas atitudes e ações governamentais: a indiferença com relação aos pobres e a proteção oferecida aos ricos.

As revoltas populares – “assaltam armazéns e mercados” – que se sucedem por toda a área afetada pela seca possuem natureza própria e não se confundem com os crimes: “matar a fome tomando os depósitos dos exploradores não é saque”. O jornal, assim, se antecipa a uma possível criminalização dos movimentos camponeses e se associa à percepção camponesa da assistência pública em momentos de escassez.

Ao mesmo tempo, os acampamentos organizados às pressas pelo governo ou pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), em torno de obras públicas igualmente organizadas às pressas, são comparados a “campos de concentração”, reativando uma memória possível entre camponeses que viveram experiências anteriores de trabalho e sofrimento entre iniciativas oficiais de isolamento e controle social em períodos de secas²⁷.

As promessas do governo são ridicularizadas pelo jornal, que enfatiza o seu compromisso com os “ricos e latifundiários”. Por outro lado, apresenta o processo de conscientização dos camponeses através das reuniões e assembleias, nas quais

²⁷ A expressão “campo de concentração” já estava, neste momento (1953), contaminada pelos significados produzidos pela divulgação e denúncia das experiências nazistas, ao final da II Guerra Mundial. Antes, em 1932, os campos organizados pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, embora fossem denominados da mesma forma, tinham objetivos claros de controle social e centralização da assistência pública aos retirantes. Porém, as condições de vida, em termos de mortalidade e morbidade, podiam ser semelhantes. Cf. Frederico de Castro Neves, “Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)”, *Revista Brasileira de História*. (São Paulo: ANPUH, v. 15, n.º 29, 1995): 93-122.

os retirantes “descobrem certas verdades”, articulando a indiferença do governo com relação às secas com o aumento das despesas militares, no contexto de apoio do governo brasileiro ao esforço de guerra dos EUA contra os movimentos revolucionários na Coréia, o que estava sendo violentamente combatido pelos jornais comunistas. As “verdades” aparecem para os camponeses no interior de um processo de reunião e discussão coletiva, sob a direção de alguns líderes esclarecidos, quando “descobrem” a incúria do governo e a exploração realizada pelos patrões.

Ao fim de tudo, as forças populares se unem, em uma grande frente operário-camponesa, com o apoio de grandes lideranças comunistas, como Luiz Carlos Prestes, e avançam em direção à luz do Sol, representando a possibilidade de uma nova era de prosperidade social e igualdade econômica. As bandeiras de luta apontam agora para questões sensíveis na vida dos homens e mulheres do campo, como “terra para os camponeses” e “por um governo do povo sem coronéis”.

ALGUMAS INDAGAÇÕES

Comunistas e camponeses de Itapagé não se reuniram em uma assembleia para decidirem as melhores formas de lutar contra o latifúndio ou de sobreviver à seca, nem suas lideranças estabeleceram uma pauta comum ou um programa de ação compartilhado. No entanto, por meio de suas ações, que se desenvolveram em situações e contextos determinados, é possível perceber um diálogo entre setores camponeses – que preferem expressar seu descontentamento através das ações diretas e da exposição pública de sua miséria – e militantes de um partido político de esquerda – que preferem a negociação parlamentar ou o protesto público dirigido e organizado a partir de diretrizes teóricas definidas. A presença dos comunistas em Itapagé, denunciando os poderosos locais e noticiando as lutas dos camponeses, autorizou a procura dos retirantes por um interlocutor confiável para negociar com as autoridades municipais no momento da seca. Não foi por acaso, portanto, que um grupo foi até a oficina de José Ferreira de Melo solicitar seu apoio e seu poder de fala a fim de qualificar melhor o movimento de ocupação da Prefeitura local. Como comunista, José era confiável aos olhos dos retirantes; como militante de lutas operárias locais, José possuía o saber político entrevisto por eles como necessário à obtenção de vitórias em sua luta por ganhos imediatos e fundamentais à vida. Assim, José não iria somente introduzir no movimento dos retirantes um vocabulário comunista sobre a desigualdade social e sobre o lugar do estado na sociedade capitalista, mas incorporou-se à multidão rebelada como

um tradutor cultural, que expressa, em uma linguagem política compreensível às autoridades locais, as demandas dos camponeses em momento de escassez e crise. Em sua fala reproduzida no processo, José compreende perfeitamente seu papel e reproduz fielmente, em vocabulário político moderno, a postura tradicional do camponês, ressaltando sua disposição ao trabalho e sua dedicação, ao mesmo tempo em que destaca a fome e a miséria das famílias sem terras para plantar; contudo, não deixa também de apontar para ameaças finais, utilizando-se dos argumentos clássicos da multidão reunida. Seu discurso – a parte central do processo que pretendia incriminá-lo – termina com afirmações conhecidas de todos os que lidam com a revolta camponesa: se não forem atendidas as reivindicações, os homens sabem onde procurar os mantimentos necessários para suas famílias e, por fim, o povo saberá “fazer justiça com as próprias mãos”.